

e um «Índice de fontes» – bíblicas, egípcias, semíticas do Oeste (Ahiqar), qumrânicas e clássicas (472-508).

José Nunes Carreira

J. F. QUACK, *Die Lehren des Ani*. Ein neuägyptischer Weisheitstext in seinem kulturellen Umfeld (OBO 141), Universitätsverlag Freiburg (Schweiz)/Vandenhoeck & Ruprecht Göttingen, 1994.

ISBN 3-7278-0984-1 (Universitätsverlag)

ISBN 3-525-5376-X (Vandenhoeck & Ruprecht)

Esta Obra, de âmbito claramente egiptológico e de literatura sapiencial egípcia, nasceu em Tubinga como tese de doutoramento, apresentada à faculdade de Ciências da Cultura em 1993. Na «Introdução», breve (pp. 1-4), justifica-se a escolha do tema, traçando a história do trabalho filológico em torno de Ani, de E. de Rougé (1861) a W. Schenkel (1998), considerando as versões de M. Lichtheim (1976, para inglês) e de H. Brunner (1988, 1991, para alemão) como as melhores. «A necessidade de um novo trabalho global parece ser clara, pois até hoje não está disponível um texto seguro, muitos problemas filológicos estão por resolver e o conteúdo, como ilustração não habitual do dia-a-dia egípcio, não recebeu a atenção que merece». Além disso, «tanto o progresso geral de Egiptologia como os novos manuscritos entretanto aparecidos fornecem uma base inteiramente nova». Para o Autor, não se deve falar em «Instrução de Ani», mas em «Instruções (Lehren) de Ani», não por imitação do francês («les maximes»), mas pelo próprio entendimento da história textual, «em que não existe uma Instrução fixa, mas versões redaccionalmente diferentes em muito, que em conjunto fazem a Instrução de Ani» (p. 3).

Com esta tomada de posição já se insinua a «técnica da presente edição» (pp. 26-28), aflorada no cap. «2: Manuscritos, história textual e questões editoriais (pp. 5-28). Sendo completamente impossível reconstituir um «texto original» e não sendo o manuscrito mais completo (B) o melhor, não há outro caminho senão apresentar as três versões (B, D, G) uma após outra, dando a transliteração e a tradução com notas em duas páginas paralelas. A crítica textual de obras literárias egípcias não pode, segundo o A., seguir os padrões da filologia clássica (pp. 13-18); mais próprio seria o modelo da «mouvance», usado na crítica textual da literatura francesa medieval. Só com crité-

rios subjectivos se poderia chegar a um suposto texto original, não necessariamente o mais curto, no caso B e G (p. 17). O que temos no Egito é uma transmissão textual livre, em que o copista se julga no direito de produzir, modificando e acrescentando o texto que lhe chegou (pp. 18-23). É o conteúdo do fundamental cap. «6: Transliteração e versão» (82-147).

Questões de «Gramática do texto (3: pp. 29-50), «Ortografia do papiro Boulaq 4» (4: pp. 51-60) e «Observações sobre o conjunto do texto» (5: pp. 61-81) têm de se deixarem grande medida ao egiptólogo profissional. Nada indica que os textos actuais, datados pela *opinio communis* da XVIII dinastia, mas segundo o A. mais provavelmente dos princípios da XIX (p. 62), sejam tradução de um pretense original em egípcio médio. Nos casos conhecidos trata-se de textos religiosos. Ani não é dessa categoria. *maat*, que não é propriamente da esfera do religioso, nunca ocorre. Apesar das inúmeras referências a «Deus», a maior parte das máximas têm conteúdo profano – convidam a evitar o que é socialmente reprovável e nalguns casos judicialmente condenável (e. g., a calúnia, B 16,9-13, e o adultério, B 16,13-17, são crimes de morte). «A maior parte das máximas abdica da motivação moral e religiosa». «Mesmo os conselhos destinados ao êxito económico, com a frase cínica 'o sábio vive da casa do insensato' (B 18,12-13), são mais evidentes como egoístas do que como éticos» (pp. 74-76). O que não tira que se aconselhe a piedade e prática cultural. Ani é, aliás, um bom testemunho da piedade pessoal do Império Novo. Resta saber como conjugar piedade, devoção e busca da vantagem material numa concepção unitária. A de De Buck tem os seus problemas, acrescidos pela não-ocorrência do termo *maat*. «Base das Instruções de Ani é uma visão do mundo em que, ao lado dos dados 'naturais' da sociedade, também se pressupõe a intervenção dos deuses. Este mundo, mesmo que golpes nefastos não sejam de excluir (B 21,3-10), tem uma ordem com sentido e compreensível, a que a gente se tem de adaptar, se quer ter êxito.» As Instruções querem mostrar essa ordem em várias situações. Novidade de Ani é o conselho à prática cultural, que só ocorrerá mais tarde nas Instruções demóticas (77-79). Está dito o essencial, ficando os pormenores para o «Comentário» (7: pp. 148-193).

As «Dependências inter-egípcias» («8: pp. 194-205) remetem tanto para os antecedentes (Djedefhor, Ptahhotep, Neferti, Instrução de um homem para o seu filho) como para a influência de Ani em obras posteriores (Pap. Chester Beatty 4, Amenemope, Ankhsheshonqi, Pap. Insinger).

Nas «Relações internacionais da sabedoria» («9: pp. 206-220) vejam-se os «casos particulares» da mulher estrangeira, litígio com a multidão, o carinho devido à mãe idosa e o diálogo da conclusão (pp. 212-220).

Encerra-se com «Lista bibliográfica» (10: pp. 221-263) e «Índices» (11: pp. 264-275: textos egípcios, sumérios, acádicos, bíblicos, ugaríticos, aramaicos, árabes e gregos; autores e assuntos) e dois apêndices: transcrição hieroglífica do texto B e fotografias de fragmentos papirológicos.

Eis uma obra insubstituível em todo o estudo sério da literatura sapiencial egípcia. Só auguro que os alunos desta cadeira opcional da Faculdade de Letras de Lisboa disponham de uma versão em língua mais acessível.

José Nunes Carreira

ED NOORT, *Die Seevölker in Palästina* (Palaestina antiqua, 8), Kok Pharos, Kampen 1994. ISBN 90 390 0012 3

Apesar de mais conhecidos que os seus comparsas, graças à Bíblia e aos vestígios arqueológicos encontrados na terra a que deram o nome de Palestina, os Filisteus não escapam ao enigma geral dos Povos do Mar. «Este livro quer ser um apanhado crítico da discussão actual sobre os Povos do Mar na Palestina» (prefácio), com todos os dados literários e arqueológicos disponíveis e sem esquecer a fundamental interpretação dos relevos de Medinet Habu.

A «Introdução» (pp. 13-25) faz uma resenha do palco: nome, geografia e fundo histórico (-territorial) da Palestina em cronologia crescente – do reconhecimento da OLP por Israel, em 1993, ao tempo de Ramsés III (1184-1153 a. C.), que estampou os Filisteus com outros Povos do Mar no seu templo mortuário de Medinet Habu. Pelo caminho, sobe-se aos Cruzados, Árabes, Bizantinos, Romanos, Macabeus, Ptolemeus e Selêucidas, Persas, Babilónios e Assírios – o destino fatal e inglório de uma terra de passagem e conquista entre os grandes impérios de cada época.

Passa-se a «2. História dos Filisteus – as fontes literárias» (pp. 27-112), um capítulo fundamental não só para a história dos Filisteus, mas para esclarecer o mais possível o enigma dos Povos do Mar. Passam-se as fontes em revista minuciosa: fontes assírias, bíblicas (livros históricos e proféticos), egípcias e ugaríticas. A informação